

A construção da imagem do funcionário público brasileiro: uma análise crítico-discursiva de artigos de opinião do jornal *Gazeta do Povo*

The construction of the image of the Brazilian civil servant: a critical-discursive analysis of opinion articles from the newspaper *Gazeta do Povo*

Mestre em Linguística Aplicada, Universidade de Taubaté – UNITAU, Brasil

TRIGO, MÁRA RUBIO
trigomara@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:
Funcionário público;
Discurso;
Cognição;
Sociedade.

RESUMO: O tema dessa pesquisa é o discurso referente aos funcionários públicos em dois artigos de opinião publicados pelo jornal *Gazeta do Povo* nos anos de 2017 e 2020. O objetivo geral é investigar como é construída, discursivamente, a imagem dos funcionários públicos brasileiros em artigos de opinião. Os objetivos específicos são investigar como as escolhas lexicais, o emprego de metáforas e o sentido semântico do léxico constroem a imagem desses trabalhadores. Essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza interpretativa, que tem nos artigos de opinião selecionados a fonte direta dos dados a serem interpretados. O trabalho de análise se baseia nos pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso - ÁCD, por Van Dijk (2018), fundamentada na linha sociocognitiva, baseada na tríade *discurso-cognição-sociedade*, elementos que estão em relação constitutiva e exercem importante papel na produção e compreensão dos discursos. Concluímos que as escolhas lexicais, as metáforas e os recursos imagéticos que constroem os significados locais e globais dos discursos, materializam ideologias e práticas sociais constituidoras do modelo mental de servidor público de seus autores, e ainda, que a natureza difamatória e estereotipada desses artigos fazem emergir um consenso, predominantemente, negativo a respeito do servidor público.

KEY-WORDS:
Civil servant;
Speech;
Cognition;
Society.

ABSTRACT: The theme of this research is the discourse referring to public servants in two opinion articles published by *Gazeta do Povo* newspaper in 2017 and 2020. The general objective is investigate how the image of Brazilian civil servants is constructed, discursively, in opinion articles. The specific objectives are to investigate how lexical choices, the use of metaphors and the semantic meaning of the lexicon build the image of these workers. This is a qualitative research, of an interpretive nature, which has in the selected opinion articles the direct source of the data to be interpreted. The analysis work is based on theoretical assumptions for ACD, by Van Dijk (2018), based on the socio-cognitive line, based on the discourse-cognition-society triad, elements that are in a constitutive relationship and play important role in the production and understanding of dis-

courses. We concludeis that the lexical choices, metaphors and imagery resources that build the local and global meanings of the discourses, materialize ideologies and social practices that constitute the mental model of public servants of their, authors and the defamatory and stereotyped nature of the articles make a predominantly negative consensus regarding the public servants.

INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado da dissertação de mestrado intitulada “A construção da imagem do funcionário público brasileiro: uma análise crítico-discursiva de artigos de opinião do jornal *Gazeta do Povo*”, apresentada ao programa de Linguística Aplicada da Universidade de Taubaté – UNITAU. O tema da dissertação é o discurso referente ao funcionário público em dois artigos de opinião publicados pelo jornal *Gazeta do Povo*, nos anos de 2017 e 2020. Sendo eles: “O corporativismo dos privilegiados: servidores públicos unidos contra o Brasil” (2017) e “Ninguém concentra mais renda nesse país do que a nobre casta dos parasitas” (2020), ambos podem ser encontrados na íntegra no Anexo I da dissertação de mestrado entregue à UNITAU.

Para a seleção desses artigos foram consideradas, além das unidades lexicais de seus enunciados, o marco cronológico de sua publicação que corresponde ao ano de 2017 e 2020, período em que os servidores públicos ocupavam o centro das discussões públicas no país em razão das propostas de reformas apresentadas pelo governo. Essas reformas se referem as emendas constitucionais pela reforma da previdência, PEC 287/2016, e pela reforma administrativa, PEC 32/2020.

Com o intuito de angariar apoio para aprovar a PEC 287/2016, o poder executivo investiu em propagandas focadas no servidor público cuja imagem era construída como aquele que não trabalhava, ganhava muito e se aposentava cedo. Já em defesa da PEC 32/2020, o governo tinha como argumento o alto custo que esses trabalhadores representavam para as contas públicas. As discussões em torno de ambas as propostas, mais uma vez, fez com que a categoria fosse vista sob o olhar de reprovação da sociedade brasileira.

A seleção e a escolha do jornal *Gazeta do Povo* ocorreu em decorrência do seu posicionamento político, sua opção pela extrema-direita, justamente quando o país vivia uma polarização política em razão das investigações da *Lava-jato* e dos escândalos de corrupção tornados

públicos pela imprensa. E ainda em razão dessa opção ter ocorrido quando ele buscava se firmar como um jornal digital, o que lhe permitiu romper com as barreiras regionais de sua circulação e ganhar espaço para influenciar, com seus ideais políticos, um grande número de eleitores.

O objetivo geral dessa pesquisa é investigar como é construída, discursivamente, a imagem dos funcionários públicos brasileiros em artigos de opinião. Os objetivos específicos são investigar como as escolhas lexicais, o emprego de metáforas e o sentido semântico do léxico constroem a imagem dos servidores públicos e são empregados para polarizar o discurso a respeito do papel social destes trabalhadores.

Essa pesquisa se baseia nos pressupostos teóricos para a Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), fundamentada na linha sociocognitiva proposta por Van Dijk (2018), que tem como base a tríade *discurso-cognição-sociedade*, em que esses três elementos estão em relação constitutiva: a cognição é a interface que estabelece a relação entre o *discurso* e a *sociedade*, exercendo importante papel na produção e na compreensão do discurso.

Segundo Van Dijk (2018) a ACD é uma investigação analítica discursiva que tem por objetivo compreender como as relações de poder, domínio e discriminação social são reproduzidos e combatidos por meio da linguagem nos discursos sociais. Dessa forma, a ACD realiza uma investigação baseada nas relações de dominância exercidas por algumas classes, sociais superiormente hierarquizadas, em relação às outras. Para Van Dijk (2018), essa investigação é possível, porque o discurso, seu controle e sua própria produção constituem condição para o exercício do domínio social.

Essa é uma pesquisa qualitativa, de natureza interpretativa, que tem nos artigos de opinião, publicados pelo Gazeta do Povo, a fonte direta dos dados a serem interpretados. Segundo Godoy (1995), ao contrário da abordagem quantitativa, a qualitativa não faz uso da representação estatística para a análise dos dados estudados e sim procura analisar os fenômenos sociais que envolvem sujeitos, lugares e processos interativos.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE O DISCURSO E A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO - ACD

O discurso, como um ato social, é definido de uma forma bastante ampla, ganhando *status* de “evento comunicativo”, incluindo a interação conversacional, a modalidade escrita da língua, bem como a expressão corporal e facial, diagramação do texto, imagens e qualquer outra “semiose” ou forma multimodal de significação” (Van Dijk, 2013, p. 355). Esses elementos de significação que o constituem representam informações importantes, tanto para a sua compreensão quanto para a análise da sociedade, por meio da linguagem, no momento da interação e prática social, sejam a níveis individuais ou de grupos, organizações e instituições.

De acordo com Van Dijk (2018), durante esse processo de interação, o discurso pode ser influenciado, de forma indireta, pelas estruturas sociais dominantes, estas que interferem não apenas às variações da linguagem ou uso linguístico, mas também os sistemas semióticos, os gêneros, as crenças e práticas dos ouvintes ou leitores. Assim, enquanto membro de um grupo dominante, é permitido ao falante um determinado poder para agir, discursivamente, sobre outros grupos manipulando o funcionamento e a reprodução de suas falas.

Os discursos, segundo Van Dijk (2016a), são construídos sob a interferência dos diversos tipos de conhecimento, normas, valores e ideologias compartilhados pelos falantes na condição de atores sociais. Por essa razão constituem elementos que não podem ser identificados a partir de análises orientadas apenas pelas estruturas gramaticais, semânticas e estilísticas, mas sim a partir de uma análise cognitiva. A abordagem cognitiva fundamenta a afirmação de que o discurso “não é analisado apenas como um objeto “verbal” autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política (Van Dijk, 2018, p. 12).

Assim, para se chegar à sua compreensão, Van Dijk (2013) propõe, para a ACD, o seu enquadre teórico fundamentado na linha sociocognitiva, que tem como base a tríade *discurso-cognição-sociedade*, conforme veremos a seguir.

1.1. O TRIÂNGULO DISCURSO-COGNIÇÃO-SOCIEDADE

A proposta triangular apresentada por Van Dijk (2018) aponta que a *cognição* é um fator de integração entre o *discurso* e a *sociedade*, estabelecendo uma ligação indissociável entre esses três elementos.

Para Van Dijk (2018), a *cognição* é uma construção pessoal e social, que envolve o processamento mental de informações armazenadas na estrutura mental abstrata dos indivíduos chamada *memória* e os processos de interações concretas, seu contexto social e local, que contribuem para a produção de sentidos do discurso.

A *cognição pessoal*, de acordo com Van Dijk (2016a), corresponde às “maneiras como os usuários individuais da linguagem, como membros de comunidades linguísticas, epistêmicas e sociais, subjetivamente produzem e compreendem o discurso” (Van Dijk, 2016a, p. 10), formando os modelos *mentais individuais* a respeito de determinada questão. Embora esses modelos sejam individuais, eles se baseiam em representações socialmente compartilhadas dos usuários da linguagem identificadas como *cognição social*, apontando que *cognição social* e *pessoal* estão intrinsecamente ligadas.

A *cognição social* se refere a um conjunto de crenças compartilhadas socialmente, tais quais conhecimentos, atitudes, ideologias, normas e valores (Van Dijk, 2016b). Podemos dizer que ela se refere à forma como pensamos, interpretamos, processamos e compreendemos, a partir de certos elementos compartilhados, os discursos e as informações referentes às situações que vivenciamos, constituindo nossas representações sociais armazenadas na memória.

A base de toda *cognição*, *pessoal* ou *social* e, portanto, de toda percepção, compreensão, ação, interação e discurso, é o conhecimento acumulado ao longo da vida e compartilhado socialmente pelos membros de comunidades epistêmicas.

A *sociedade* representa os grupos, instituições, organizações e comunidades que estão incluídas no micro e no macronível da ordem social, interagindo e se comunicando por meio do discurso. Para Van Dijk (2018), no micronível da ordem social se encontram o uso da linguagem, o discurso (em seu aspecto textual e/ou falado), a interação verbal, a comunicação e as práticas semióticas. Já o macronível se refere à estrutura social: grupos, organizações, instituições, comunidades ou outras coletividades, que constituem a sociedade. Macro e microníveis se inter-relacionam durante o processo de interação e comunicação cotidiana, formando um todo unificado. Essa relação entre o micro e o macronível da ordem social, *discurso* e *sociedade*, é mediada pela *cognição*. Isso ocorre porque:

As estruturas do discurso e as estruturas sociais são de natureza diferentes e só podem se relacionar por meio das representações mentais dos usuários da linguagem como indivíduos e como membros sociais. Portanto, a interação, situações e estruturas sociais só podem influenciar o discurso através das interpretações das pessoas sobre esses ambientes sociais...e, inversamente, o discurso só pode influenciar a interação e as estruturas sociais através da mesma interface cognitiva de modelos mentais, conhecimento, atitudes e ideologias (Van Dijk, 2016c, p. 169, tradução nossa).

Para ilustrar a movimentação entre essas ambas estruturas mediadas pela cognição mostramos, a seguir, a figura representativa dessa abordagem triangular.

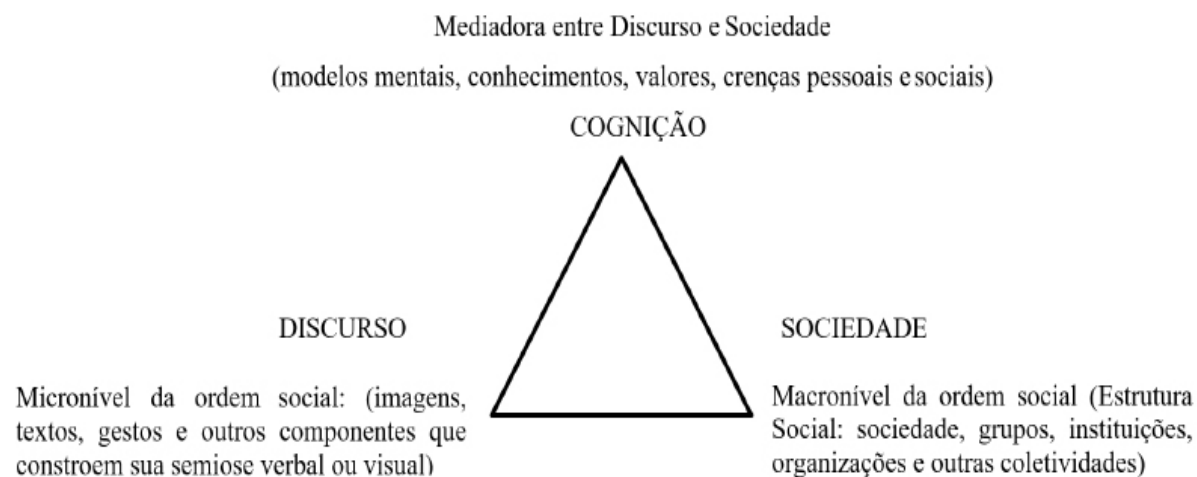


Figura 1 - Triângulo: discurso-cognição-sociedade

Fonte - Autoria nossa com base em Van Dijk (2018)

Somente por meio da integração das dimensões desse triângulo é que se pode explicar e compreender, na perspectiva da ACD, como as estruturas sociais e discursivas se influenciam mutuamente, e assim descrever e analisar os problemas sociais oriundos dessa relação.

1.2. MEMÓRIAS E MODELOS MENTAIS (SITUACIONAL E DE CONTEXTO)

De acordo com Van Dijk (2018, p. 202), “processos cognitivos e representações são definidos em relação a uma estrutura mental abstrata chamada memória”. Tradicionalmente, a memória recebe duas classificações: memória de curto prazo (MCP), e memória de longo prazo (MLP). Segundo Van Dijk (2016b, 2018), na memória de curto prazo (MCP), são processadas informações que resultam na compreensão e na produção de enunciados, sentenças, palavras e sinais não verbais que correspondem a uma situação mais imediata, que acontece em tempo real, utilizando as informações limitadas armazenadas na memória de trabalho (MT). O resultado desse processamento é armazenado na memória de longo prazo (MLP).

A memória de longo prazo, de acordo com Van Dijk (2016b, 2018), é onde se organizam os processos cognitivos por meio de estruturas denominadas *representações mentais*. Ela está dividida em dois tipos: *semântica* e *episódica*.

A *memória semântica*, segundo Van Dijk (2018) é chamada de *memória social*. Pois, pressupõe-se que ela “é constituída por uma base comum de crenças socioculturais, caracterizada por conhecimentos e opiniões culturais geralmente partilhadas” (Van Dijk, 2018, p. 203), como ideologias, crenças, normas, valores e atitudes. Essa base é que cria o senso comum a respeito de determinado discurso em um grupo social, permitindo a compreensão e a comunicação no seu interior.

Ao contrário da memória semântica, a episódica, ou autobiográfica, é formada pelos conhecimentos e pelas experiências pessoais, passadas ou em curso, que são resultados da compreensão ocorrida na memória de curto prazo (MCP) e que por sua natureza são individuais e únicas. Essas experiências e conhecimentos pessoais constroem os *modelos mentais subjetivos, que são* a interpretação, o conhecimento e a opinião pessoal a respeito de determinada questão, ou seja, representações subjetivas, pessoais e únicas de situações comunicativas ou eventos específicos vividos pelos indivíduos, interpretados, pessoal e individualmente, por eles e que estão armazenados na memória episódica, a parte pessoal da memória de longo prazo.

Para Van Dijk (2018), uma vez que esses modelos tenham sido construídos, eles são expressos nos discursos por meio de várias estratégias linguísticas e discursivas, que revelam não só a presença de atitudes e ideologias compartilhadas socialmente, mas também a interpretação e a opinião do falante a respeito da situação discursiva em curso. A compreensão desses discursos se inicia a partir dos *modelos mentais* de seus destinatários, construídos a partir de sua interpretação pessoal ou a partir do seu conhecimento socialmente compartilhado a respeito do que trata o discurso, que pode ser analisado cognitivamente.

Quanto aos *modelos mentais*, é importante considerar que apenas parte deles é expressa no discurso. Para que os falantes saibam quais informações do seu modelo mental devem ser expressas,

Eles precisam saber algo sobre a situação comunicativa corrente de sua fala e de sua escrita – incluindo as crenças presumidas de seus receptores. Eles precisam saber também, em que ocasião estão falando, para que assim, possam avaliar se a expressão de suas crenças é apropriada a situação social corrente (Van Dijk, 2018, p. 209).

A escolha dessas informações irá depender de como os falantes interpretam os aspectos sociais da situação comunicativa na qual eles estão envolvidos: o seu *modelo de contexto*, este que pode ser definido em termos de representações mentais, algo que é interno aos usuários da linguagem e não externo:

um tipo específico de modelo mental, isto é, como representações das próprias situações comunicativas feitas subjetivamente pelos participantes, e não como situações comunicativas enquanto tais – que é o tratamento habitual. (Van Dijk, 2020, p. 43).

Assim Van Dijk (2020), conclui que o modelo de contexto também possui uma abordagem cognitiva e social.

1.3. QUADRADO IDEOLÓGICO

Considerada sistema básico de cognição social, a ideologia orienta a conduta dos discursos dos membros de um grupo, e, de acordo com Van Dijk (2005), “controlam outras representações mentais, como atitudes sociais de grupo (incluindo preconceitos) e os modelos mentais” (Van Dijk, 2005, p. 260). A forma persuasiva com que ela se faz presente nesses discursos, caracterizando-os como ideológicos, nos mostra que eles não são construídos arbitrariamente:

Para funcionar como expressão e reprodução persuasiva das atitudes e ideologias do grupo, algumas estruturas do discurso são mais típicas ou eficientes do que outras. Por isso, uma das qualidades mais típicas e gerais do discurso ideológico é constituída por sua natureza polarizada, que reflete a estrutura polarizada subjacente das atitudes e ideologias sociais. (Van Dijk, 2015, p. 56).

Essa estrutura, para Van Dijk (2005), abstrata e avaliativa, é denominada de *quadrado ideológico* e tem como estratégia construir argumentos que enfatizem propriedades e/ou ações positivas de *nós* e propriedades e/ou ações negativas de *eles*, e, mitigar propriedades e/ou ações negativas de *nós* e propriedades e/ou ações positivas de *eles*. A partir dessa estratégia, instituiu-se a polarização, em que *nós* constitui o endogrupo, e *eles* o exogrupo.

Essa estratégia, segundo Van Dijk (2018), pode ser aplicada em vários níveis do discurso, como nas macroestruturas semânticas, no léxico, na sintaxe local, nas figuras retóricas, nas metáforas e nas hipérboles. A forma como ela será aplicada dependerá da intenção daquele que se enuncia em enfatizar as boas e as más ações dos envolvidos na ação comunicativa, criando, por meio da sequência de proposições, significações para o discurso, que evidenciam o seu caráter ideológico.

Segundo Van Dijk (2015), “o discurso ideológico não está baseado apenas nos modelos mentais ideológicos polarizados do falante” (Van Dijk, 2015, p. 57). Ele é calculado para influenciar e persuadir seus destinatários, de maneira a formar ou confirmar modelos ideológicos similares aos que propaga. É dessa maneira, por meio de discursos públicos do endogrupo, como os que ocorrem por meio da imprensa escrita ou falada, que as ideologias são aprendidas e reproduzidas, conduzindo à construção de modelos ideológicos por parte dos destinatários do seu discurso e à formação de atitudes ideológicas compartilhadas socialmente. De acordo com Van Dijk (2015), quando essas atitudes atendem ao interesse de um grupo dominante em detrimento do interesse de um grupo dominado, tem-se uma forma de persuasão, a qual ele denomina *manipulação*.

Observa-se assim que a manipulação é definida “em termos de dominação social e da sua reprodução em práticas cotidianas, incluindo o discurso” (Van Dijk, 2018, p. 237), mostrando que ela é uma prática daqueles que têm acesso a formas de discurso público, funcionando como um meio de reprodução do poder. Através desse acesso, pode-se manipular as estruturas

locais e globais do discurso, construindo a polarização em que a autoapresentação positiva de nós e a outra-apresentação negativa de eles, características do *quadrado ideológico*, podem ser condutoras e influenciadoras do processamento e da compreensão dos discursos.

2. CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA IMPRENSA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO JORNAL GAZETA DO POVO

2.1. IMPRENSA

Para Sodré (1999), a história da imprensa, esta compreendida como jornal e revista, é a própria história da sociedade capitalista:

O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que aquele está inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações (Sodré, 1999, p. 1).

Na luta de poder entre as elites sociais, culturais e políticas pelo controle e alinhamento das informações divulgadas pela imprensa aos seus próprios interesses pessoais, Sodré (1999) observa elementos importantes que revelam a ligação estreita entre o desenvolvimento da imprensa e da sociedade capitalista, o que chamou de ligação dialética. Dialética porque as informações publicadas pela imprensa tinham uma tendência a padronizar o comportamento humano, pois universalizavam valores éticos e culturais.

A ligação entre a imprensa e o capitalismo contribuía também para a evolução do problema de liberdade de expressão e de informação, porque as elites tinham interesses mercantilistas, o que tornou o desenvolvimento da imprensa lento e permitiu que ela fosse controlada pelo governo (Sodré, 1999). Entretanto, o controle governamental contrariava os interesses financeiros e, por tal razão, foi combatido pelas forças econômicas.

Segundo Sodré (1999), a luta pela rapidez no processo de divulgação das informações exigiu da imprensa inventos que contribuíram para aumentar a velocidade da impressão. Para acompanhar essa evolução, as notícias também foram mudando, admitindo-se o jornalismo de cunho pessoal, em que predomina a opinião sobre a informação, demonstrando ser possível orientar a opinião pública por meio do fluxo de notícias, o que explicita que o processo de informar não é neutro.

Em decorrência dos interesses dos proprietários dos meios de comunicação observa-se que “há um claro poder desmedido e incontrolado sobre a (in)formação da opinião” (Fonseca, 1999, p. 10). Esses interesses, de ordem política, social e econômica, são cada vez mais potencializados tendo em vista a ausência de controle social sobre a mercadoria notícia. A noção de controle aqui não é a de censurar, mas a de impedir que os meios de comunicação, sob a máxima da liberdade de expressão, atuem como produtores do consenso, eliminando a possibilidade de pluralismo (Fonseca, 1999). Essa atuação pode ter como consequência o uso da imprensa como um instrumento de manipulação ideológica e formador de opinião com poder para interferir no comportamento da sociedade. Como exemplo dessa atuação temos os artigos de opinião, que serão analisados no decorrer dessa pesquisa.

2.2. JORNAL GAZETA DO POVO

Como meio de produção e reprodução dos discursos temos a imprensa atuante, como é o caso do jornal Gazeta do Povo fundado na cidade de Curitiba, tendo sua edição de número um publicada em 1919.

Entre a sua fundação e os anos 2000, o jornal Gazeta do Povo passou por mudanças significativas, o que lhe garantiu, na década de 1940, lugar de destaque como principal jornal do Estado do Paraná (Santos, 2011). Vendido na década de 1960, em decorrência de uma crise financeira, o Gazeta do Povo iniciou um período de investimentos que o fez se tornar em 1995

o primeiro jornal a disponibilizar notícias jornalísticas na rede de internet (Neto & Severo, 2009; Santos, 2011).

A partir dos anos 2000, já considerado o maior jornal do Estado do Paraná, o Gazeta do Povo passou a adotar uma postura conservadora, coerente com o avanço da direita no Brasil, como uma estratégia direcionadora do seu trabalho jornalístico, objetivando romper com as barreiras regionais e aumentar sua audiência (Martins, 2018). Em 2015 ele iniciou um projeto que reformularia todo o seu site e encerraria a sua edição diária impressa, o que foi considerado pela Associação Nacional de Jornais (ANJ) em 2017 “a mais ousada transformação de modelo de negócios da indústria de notícias do Brasil” (ANJ, 2017, s/n). Com a reformulação o Gazeta do Povo tornou-se o primeiro jornal brasileiro a produzir conteúdos, originalmente, para plataformas móveis no conceito *mobile first*. Nesse novo modelo de fazer jornalismo, prevaleceu o interesse por assinaturas digitais e publicidade.

Em 2019 o Gazeta do Povo completou cem anos de existência, período em que, segundo dados internos de sua administração, ele era considerado um dos jornais mais lidos no Brasil e em 2020, torna-se um jornal exclusivamente digital. Atualmente, o Gazeta do Povo atua também nas redes sociais como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Linkedin* e *YouTube*, apresentando um número expressivo de acessos e de seguidores, mostrando que ultrapassou as barreiras regionais da capital paranaense, disponibilizando conteúdo jornalístico de interesse de todo o país, sendo reconhecido nacionalmente.

2.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

De acordo com Cardoso Jr. (2019), entre o período de 2016 e 2019, o comando do país foi assumido por um grupo político, acompanhado de detentores de cargos públicos de alto escalão no governo, que possuíam uma visão ideologizada e negativa do papel do Estado nas esferas econômicas e social do país. Eles

Acusam o Estado, suas organizações, instituições e servidores como males em si, que devem ser combatidos e combalidos – já que por ora seria mesmo impossível extirpá-los completamente da vida econômica e social tal como ela é há milênios! – para que as supostas virtudes inatas dos indivíduos e – falácia da composição à parte – dos mercados autorregulados (entendidos simplesmente como a somatória das vontades e iniciativas individuais!) possam florescer para o bem geral dos mesmos e do País (Cardoso Jr., 2019, p. 19).

Esse discurso pautado na culpabilização e no desmerecimento do funcionário público encontra eco na sociedade, tanto de forma generalizada quanto específica. Generalizada porque a sociedade já assimilou a significação estereotipada de servidor público, historicamente, construída com a contribuição dos próprios modelos de administração pública do Brasil. Específica porque tal *discurso* interessa às elites simbólicas para quem a menor atuação governamental no âmbito econômico e social, seria compreendida como um ganho à sociedade.

Essa significação estereotipada de funcionário público, que tem sobrevivido a várias tentativas de reformas na forma de administrar o Estado, reflete as consequências de uma administração patrimonialista e burocrática que não trouxe nenhuma modernização na forma de gerir a prestação dos serviços à sociedade.

De acordo com Costa (2008), a vinda da Coroa portuguesa para o Brasil, em 1808, é considerada um marco para a construção do Estado nacional. Sua instalação no país gerou a criação de vários dos organismos existentes na antiga sede do Reino, considerados nem sempre necessários, mas que significavam uma oportunidade de se criar cargos administrativos e honorários para satisfazer aqueles que haviam acompanhado sua vinda para o Brasil. Ao mesmo tempo, outras instituições consideradas úteis e necessárias também foram criadas, gerando impacto na vida econômica, social, política e cultural do país. A administração desse novo Estado inaugurou o primeiro modelo de administração pública do Brasil: o modelo patrimonialista, em que:

O aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem *status* de nobreza real. Os cargos são considerados prebendas. A *res publica* não é diferenciada das *res principis*. Em consequência, a corrupção e o nepotismo são inerentes a esse tipo de administração (Chiavenato, 2009, p. 106).

Instaurou-se então, segundo Chiavenato (2009), uma administração em que não havia a prevalência da impessoalidade e da supremacia do interesse público. O quadro administrativo que se formou, de acordo com o interesse da corte, não era nada mais do que o outro *eu* do rei, a sua sombra, pois cabia a ele administrar, governar e despender da forma como o rei o faria representando, portanto, a centralização do poder real. Porém, esse quadro administrativo se converteu em uma nobreza burocrática que se apropriava das funções públicas para auferirem rendas, revelando a existência de uma administração pública corrupta praticada tanto pela corte quanto pelos seus servidores (Costa, 2008).

A partir de 1930, como forma de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista, surge o modelo de administração pública burocrática. Este modelo implementou um controle administrativo rígido fazendo com que o Estado se voltasse para si mesmo, negligenciando os serviços prestados à sociedade (Chiavenato, 2009). Esse fato fortaleceu a significação negativa e estereotipada de funcionário público que, em função da burocracia, não conseguia atender as demandas sociais na expectativa de seus solicitantes.

Segundo Chiavenato (2009) em uma tentativa de superar a rigidez burocrática, implementou-se a partir do Decreto-Lei n.º 200 de 1967, o atual modelo gerencial de administração pública. Porém, embora seja orientado pelos valores da eficiência e da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial das organizações, o modelo gerencial não chegou a romper definitivamente com a burocracia, permanecendo atrelado ao interesse da administração burocrática em que a proteção do Estado se sobressai ao interesse e às demandas da sociedade.

Como consequência desse não rompimento, ainda hoje, apesar dos avanços tecnológicos e da globalização da economia, observa-se que a administração pública se apoia em princípios e práticas administrativas engessadas do passado. Esse fato contribui para que a significação negativa e estereotipada de funcionário público não seja superada, mas sim reproduzida socialmente sendo cada vez mais naturalizada pelos discursos públicos.

3. ANÁLISE DO MATERIAL SELECIONADO PARA PESQUISA

O primeiro artigo analisado é “O corporativismo dos privilegiados: servidores públicos unidos contra o Brasil”¹, editado pelo jornalista Rodrigo Constantino e publicado no site oficial do jornal Gazeta do Povo, em 27 de julho de 2017. Esse artigo constitui uma abordagem tanto pessoal quanto representativa das ações governamentais, por parte de seu editor, bem como opiniões de outras empresas, a respeito das questões salariais que envolvem o funcionário público.

1. Disponível em <https://www.gazeta-dopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/o-corporativismo-dos-privilegiados-servidores-publicos-unidos-contra-o-brasil/>. Acessado em 17/09/2020.

Tais questões salariais, ao serem tratadas no discurso, colocam em evidência, por meio de escolhas lexicais como “corporativismo e privilegiados”, que compõem o título do artigo, conceitos a respeito do servidor público compartilhados socialmente. Construído de forma topicalizada, o título chama a atenção para a importância do assunto que será tratado no discurso: a relação funcionário público vs Brasil, para a qual busca conceder maior expressividade.

No primeiro conjunto de proposições do título essa maior expressividade está demonstrada nas escolhas lexicais “corporativismo” e “privilegiado”. Ao associar o servidor público ao léxico “corporativismo”, o jornalista contribui para que tais trabalhadores sejam vistos como membros de agrupamentos corporativos que agem de forma organizada para defender seus próprios interesses, e não como um agente público que por meio do seu trabalho, age em conjunto como Estado para o atendimento das necessidades prioritárias da sociedade.

Já o emprego do léxico “privilegiados” é utilizado para se referir ao servidor público de

forma depreciativa. Tendo sido utilizado em diversos outros discursos, inclusive pelo próprio governo federal para se referir ao servidor público, tal léxico reproduzido nesse artigo reitera o senso comum a respeito desses trabalhadores, e nos mostra como a cognição social influencia na construção das representações mentais dos atores sociais, conforme menciona Van Dijk (2016a). Assim, verifica-se que as escolhas lexicais “corporativismo” e “privilegiados”, foram feitas pelo jornalista em função de suas crenças, conhecimentos e ideologias, compartilhadas socialmente, e que se encontram armazenados em sua memória semântica.

O segundo conjunto de proposições do título, “servidores públicos unidos contra o Brasil”, na condição de aposto explicativo, não só justifica a significação impressa no discurso, a respeito do servidor público na primeira parte do título, como também revela uma opinião ideológica do jornalista, a respeito desses trabalhadores. A partir dessa opinião, se institui a polarização no discurso, em que de um lado estão os servidores públicos, evidenciados como aqueles que se organizam em defesa de seus interesses próprios, sendo indiferentes aos interesses coletivos do país; e de outro o Brasil, a vítima do corporativismo dessa categoria profissional privilegiada no mundo do trabalho.

Por se tratar de um artigo de opinião, juntas, as duas proposições “O corporativismo dos privilegiados: servidores públicos unidos contra o Brasil”, constituem um título que revela o modelo mental de servidor público que o jornalista tem, que de acordo com Van Dijk (2016a), embora seja pessoal, foi construído a partir de representações mentais compartilhadas socialmente por ele, como a de que o servidor público é um “privilegiado” e pratica o “corporativismo”. Tais características concedidas a esses trabalhadores, por meio do discurso, são conhecidas no meio social e por essa razão são compreendidas dentro de uma esfera comunicativa que envolve assuntos relacionados ao próprio servidor público, ao governo e às questões que circundam a relação existente entre eles.

Na sequência, o título é ilustrado pela seguinte imagem que representa a capital do país, o centro onde são tomadas todas as decisões políticas e administrativas que o governam e que interferem na vida da população.

Figura 2 - Imagem do Senado Federal

Fonte - Jornal *Gazeta do Povo*



2.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As raízes que constituem a imagem acima são indícios de um discurso que se refere ao corporativismo dos servidores públicos, arraigado e presente nos grupos organizados aos quais eles pertencem, com a finalidade de defender seus próprios interesses. Elas fazem uma referência ao termo utilizado no discurso para se referir ao servidor público, “deep state”, para identificá-los como membros de corporações que se organizam para garantir a manutenção de seus próprios interesses, independentemente da realidade que os cercam. Consideramos que essa escolha lexical, “deep state”, representa um desdobramento do título construído ideologicamente e representado de forma imagética com o objetivo de controlar as *representações mentais* do leitor, influenciando suas atitudes e seus *modelos mentais*.

Esse controle é definido por Van Dijk (2018) como *manipulação*, uma estratégia de dominação social reproduzida em práticas discursivas, utilizada por aqueles que têm acesso a formas de poder. No caso do artigo “O corporativismo dos privilegiados: servidores públicos unidos contra o Brasil”, esse acesso pertence ao jornalista Rodrigo Constantino. De posse dele, Constantino reproduz, no meio social, sua opinião pessoal a respeito do servidor público, manipula as estruturas locais e globais do seu discurso e institui a polarização na sociedade.

Na sequência do artigo, podemos observar o jornalista fazer uso de outras escolhas lexicais como “exploradores”, “consomem nossos impostos” e “curtindo estabilidade” para se referir ao funcionário público. Tais escolhas revelam um discurso fundamentado em um modelo mental desses trabalhadores, cuja construção sofreu influência das representações mentais, armazenadas na memória semântica do jornalista. Ao ser expresso por meio do artigo, esse modelo mental contribui para legitimar, socialmente, as práticas discursivas que conferem ao servidor público, um caráter negativo e estereotipado, influenciando nas atitudes e nas crenças dos destinatários do seu discurso.

Outro léxico empregado no discurso com potencial de influenciar seus destinatários é o “luta de classes”, que carrega, intrinsecamente, um significado ideológico. Na *memória semântica* dos atores sociais, “luta de classes” é um conceito representativo dos conflitos existentes entre os trabalhadores e o modo de produção capitalista, que faz da exploração do trabalho uma forma de acumular lucros e riquezas, o que reforça o debate sobre as desigualdades sociais. Observa-se que esse conceito histórico e coletivo não foi abordado no discurso. Ao contrário, ele foi ocultado para dar lugar a um novo conceito que estabelece outro tipo de polarização. A luta de classes deixa de ser entre produção capitalista e trabalhadores e passa a ser entre servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada: “se existe mesmo uma ‘luta de classes’ com explorados e exploradores, então é preciso reconhecer que os *exploradores* são os que *consomem* nossos impostos, e os explorados são aqueles que pagam a fatura com seu trabalho na iniciativa privada.”

A desigualdade social demonstrada no discurso de Constantino cria a significação de uma iniciativa privada vitimizada pelo funcionalismo. Essa significação, ao ser interpretada pelos atores sociais, permite àqueles que não são funcionários públicos se identificarem com o discurso polarizador do jornalista e enxergarem essa categoria de trabalhadores como um grupo que desequilibra, tanto financeira como socialmente o país, o que nos mostra que o efeito do discurso na sociedade depende da forma como os atores sociais o interpretam, explicitando a relação indissociável que, segundo Van Dijk (2018), existe entre o *discurso*, a *cognição* e a *sociedade*.

No segundo artigo “Ninguém concentra mais renda nesse país do que a nobre casta dos “parasitas”², observamos já na sua macroestrutura, a reprodução do construto cognitivo “parasitas”, enunciado por representantes federais em eventos comunicativos oficiais, em que o funcionário público era o tema principal da discussão, dando continuidade a um processo de semiotização desses trabalhadores. Um léxico que ao ser utilizado posiciona o Estado brasileiro como hospedeiro, aquele que com seus recursos sustenta os funcionários públicos. Por sua vez, tais funcionários ficam caracterizados como aqueles que vivem às custas do Estado, permanecendo alheios às condições econômicas da sociedade brasileira. Cria-se entre ambos uma relação que pode ser concebida como a de explorado e explorador.

Essa relação de explorado e explorador resume aspectos como as impressões, percepções e julgamentos, a respeito dos funcionários públicos, armazenados na memória semântica do jornalista, na forma de representações mentais sobre esses trabalhadores. Esses aspectos constituem conceitos avaliativos, que ao serem expressos no artigo, contribuem para agregar ao funcionário público, uma carga pejorativa que acentua a sua significação negativa no meio social. Além disso, funcionam como um instrumento de persuasão, levando a sociedade a identificar o funcionário público como um peso para o Estado brasileiro.

Na sequência do título temos a seguinte imagem atrelada a um texto informativo:

2. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/jr-guzzo/concentracao-renda-servidores-publicos-parasitas/>. Acessado em: 07/08/2020.



Figura 3 - Concentração de rendas

Fonte - Jornal *Gazeta do Povo*
(extraído de Pixabay)

Segundo o ministro Paulo Guedes, 90% da receita do Brasil banca o funcionalismo público. Se isso não for concentração de renda, eu não sei mais o que é.

Essa imagem retrata uma quantidade acumulada de papel moeda impresso em seus dois maiores valores – notas de 50 e de 100 reais – circulantes no mercado até então. Sua inclusão no artigo é uma estratégia para criar um marcador visual que ressalta, juntamente com o texto verbal que a acompanha, a acumulação de renda por parte dos funcionários públicos o que reforça o significado das escolhas lexicais “concentra mais renda”, “nobre casta” e “parasitas”, feitas para identificá-los no título do artigo: “Ninguém concentra mais renda nesse país do que a nobre casta dos ‘parasitas’”.

A palavra “parasitas” destacada, estrategicamente, no título por meio de um recurso gráfico, atraindo para si a atenção dos leitores, é empregada em tom de acusação e institui o sujeito da frase identificado como beneficiário de uma situação socialmente privilegiada, os funcionários públicos. Sem se preocupar em destacar quaisquer características positivas a respeito desses trabalhadores o autor reproduz sua ideologia em seu texto, agindo de forma a persuadir os leitores a compartilhar de suas ideias e a processarem apenas informações negativas a respeito do funcionário público.

Tais situação discursiva criada pelo jornalista revela a natureza cognitiva do discurso e a retomada dos *modelos mentais* e representações sociais referentes ao funcionário público. Um modelo que se mantém em torno dos conceitos estereotipados, construídos e compartilhados sócio-historicamente pela sociedade brasileira. Juntos, o título do artigo e a sua estrutura não verbal constroem um discurso marcado ideologicamente, que proporciona a descrição dos funcionários públicos como os membros do exogrupo.

Analisaremos, por fim o corpo do artigo que vincula o funcionário público à questão da distribuição e concentração de renda no país, inserindo-o em uma situação contraditória:

“Em poucos países do mundo se faz tanto barulho, se fala com tanta indignação contra a concentração de rendas como no Brasil. Ao mesmo tempo não existe, possivelmente, nenhum outro onde os concentradores de renda sejam tão protegidos como aqui. Mais do que isso: são considerados vítimas...”

De acordo com o enunciado acima, a contradição se refere ao fato de que o país “faz tanto barulho” contra a concentração de renda do funcionário público ao mesmo tempo em que dedica a eles proteção para que essa concentração aconteça. Os léxicos “fazer barulho” significa criticar, desaprovar e condenar a concentração de renda do funcionalismo. Já o léxico “protegidos” traz à tona a discussão sobre a característica corporativista atrelada ao funcionário público, em que estes se organizam para garantir seus interesses sem serem contrariados pelo Estado. A intenção discursiva do jornalista ao expor essa contradição não é apenas apontar a incoerência no tratamento destes funcionários, mas também chamar a atenção da sociedade para o que seria uma posição privilegiada da categoria quando se trata da distribuição de renda, buscando desenvolver a consciência de estar diante de uma classe que tem apoio político, implícito no léxico “protegidos”, que cria a significação de apoio às demandas dos funcionários públicos.

De acordo com o jornalista, mais do que “protegidos”, esses trabalhadores, são considerados, ironicamente, como “vítimas.” O léxico “vítimas” relaciona-os a uma condição que não

corresponde à realidade vivida por eles, segundo a concepção do próprio jornalista, e representa a expressão da rejeição explícita à suposta proteção do país. Além disso, a identificação dos funcionários públicos como “protegidos” e “vítimas” implica a formação de uma proposição ideológica subjacente: “Eles são os favorecidos e nós os desfavorecidos e desprivilegiados.”

O discurso do corpo editorial, assim como o título do artigo, “Ninguém concentra mais renda nesse país do que a nobre casta de ‘parasitas’”, também gira em torno do *modelo mental* do que é um funcionário público. Esse modelo de domínio cognitivo reúne conhecimentos e crenças compartilhadas sócio-historicamente, armazenados e organizados na estrutura esquemática da memória. Podemos dizer que o autor representa o discurso de todos os membros da sociedade que compartilham com ele o mesmo *modelo mental*. É uma posição recorrente e circula tanto por meio de conversas informais, quanto por informações institucionalizadas, como as veiculadas pelos jornais, revistas ou por meio de discursos de membros da administração pública. Esse *modelo mental* é reforçado pela disponibilização, na maior parte do texto, de informações que posicionam o funcionário público como o maior consumidor dos recursos arrecadados pelo Estado brasileiro:

“Mas são justamente esses que consomem, acredite se quiser, 90% de tudo o que a população paga de impostos...”

“Ficamos assim, então: de um lado 12 milhões de funcionários que levam 9 em cada 10 reais arrecadados pelo fisco, e de outro 200 milhões que pagam tudo e ficam com aquele 1 real que sobrou dos 10.”

“O pior da história é que a imensa maioria paga muito, cada real que sai do seu bolso, e vai para o bolso do funcionalismo, é um real a menos no seu patrimônio e no orçamento que tem para viver.”

“Os concentradores de renda de que se trata aqui são os que ficam com a maior parte dos recursos do Estado.”

A construção discursiva do jornalista, demonstrada nos enunciados acima, não se resume à exposição de fatos referentes aos trabalhadores do setor público, mas a um ato impregnado de intencionalidade. Cada escolha lexical que compõe o discurso expressa cognições específicas do autor organizadas para veicular e conduzir, de forma persuasiva, os *modelos mentais* de funcionário público do leitor, privilegiando o discurso ideológico hegemônico a respeito desses trabalhadores e colocando em discussão, questões a respeito desses trabalhadores que os associam às situações causadora de prejuízos aos demais brasileiros.

Ao identificar os funcionários públicos como “concentradores de renda” ou como aqueles que “levam 9 em cada 10 reais arrecadados pelo fisco”, o jornalista expressa uma opinião pessoal que repercute, socialmente, como uma ação condenadora e denunciadora da suposta condição privilegiada dos funcionários públicos na sociedade e que revela tanto seu posicionamento ideológico frente aos funcionários públicos, como também o seu modelo mental a respeito desses profissionais.

A subjetividade que compõe esse discurso muda o foco da definição de funcionário público, que deixa de ser visto como um agente que viabiliza as ações de políticas públicas de importância fundamental para assegurar o atendimento das necessidades e dos direitos da sociedade, e passa a ser visto como aquele que suga os recursos do Estado brasileiro que pertencem a todos. Esse discurso a respeito do funcionário público privilegia a argumentação e põem em discussão, através de um conjunto de escolhas lexicais, questões a respeito desses trabalhadores associando-os às situações causadora de prejuízos aos demais.

Com isso, possíveis informações positivas a respeito desses trabalhadores tendem a ser mitigadas, frente a declarações negativas que contribuem para atualizar o modelo de funcionário público na mente do leitor, constituído de conceitos depreciativos, representantes da cognição social a seu respeito. Essa imagem estereotipada concebe o modelo de contexto do evento comunicativo: funcionários públicos consomem a maior parte dos recursos (como impostos)

arrecadados pelo governo e compõem uma classe financeiramente privilegiada em detrimento de todos os demais brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa se propôs a discutir, sob uma análise interpretativa, a natureza social dos discursos a respeito dos funcionários públicos e suas representações imagéticas presentes nos artigos selecionados no portal do jornal Gazeta do Povo, escritos pelos jornalistas J.R. Guzzo e Rodrigo Constantino, bem como as possíveis significações a respeito destes, constituídas de crenças, valores e opiniões construídas historicamente.

Ao analisarmos os artigos, observamos que há um movimento discursivo por parte dos jornalistas para realizar uma apresentação negativa dos servidores públicos, lançando mão de uma estratégia de polarização, já nos títulos dos textos, feito por meio de escolhas lexicais, bem como recursos imagéticos, que constroem os significados locais e globais dos discursos, caracteristicamente negativos, materializando ideologias e práticas sociais, constituidoras dos modelos mentais.

O *modelo mental* de funcionário público, conceituado por léxicos como “parasitas”, “exploradores”, “concentradores de renda” ou caracterizados como donos de uma força política utilizada para defender a seus próprios interesses em detrimento do restante da sociedade, nos mostra que os jornalistas trouxeram subjetividade para a prática linguística, expondo conceitos que discriminam, ofendem os servidores públicos e constroem a polarização entre estes e os demais trabalhadores da sociedade.

No processo de interação social, a prática linguística aciona e atualiza o modelo mental negativo de servidor público, que circula na sociedade e contribui para influenciar outras representações dos receptores dos discursos a respeito desses trabalhadores. Essa influência ocorre porque os discursos não são interpretados apenas linguisticamente, mas também cogni-

tivamente, a partir das percepções, raciocínios e conhecimentos pessoais socio-culturalmente compartilhados e armazenados na memória dos destinatários do discurso na forma de modelos mentais de servidor público. São essas cognições pessoais e sociais que permitem a compreensão dos discursos e definem as atitudes dos usuários da língua, apontando para a relação indissociável entre *discurso-cognição-sociedade*.

Consideramos que, em razão da natureza difamatória dos discursos aqui tratados e o estereótipo de servidor público que circula na sociedade brasileira, esses discursos contribuíram para fortalecer o consenso dominante e negativo a respeito do funcionário público, em que esse trabalhador é visto como um privilegiado, que vive às custas do Estado brasileiro, representando um peso por consumir quantidades onerosas de recursos pagos pela população, que não se revertem em benefícios sociais e contribuem para a formação de um clima de intolerância a respeito do servidor público.

A autonomia para pôr em circulação esses discursos negativos representa uma característica de abuso de poder e de dominação social, exercidos pela elite simbólica – os jornalistas –, possuidora de acesso e controle a formas mais influentes do discurso público, e que atua ao lado de grupos poderosos que detêm os meios de produção e reprodução discursiva. O acesso a essa forma influente de discursos públicos, foi utilizado, pelos jornalistas, para a construção de artigos de opinião em que as escolhas lexicais promoviam a visão do servidor público como uma casta privilegiada e, que tinha como consequência a vitimização dos trabalhadores da iniciativa privada, contribuindo para a polarização da sociedade, dividida entre o grupo dos funcionários públicos e o grupo dos demais trabalhadores da iniciativa privada.

Os discursos buscavam persuadir aqueles que não trabalhavam para o Estado a se sentirem representados. São discursos que não geraram nenhuma contribuição social, não propuseram nenhuma discussão a respeito do servidor público, seu papel na sociedade, suas relações de trabalho com o Estado ou propostas de melhorias para sua atuação. Ao contrário, imbuídos de

TRIGO, MÁRA RUBIO; *A construção da imagem do funcionário público brasileiro: uma análise crítico-discursiva de artigos de opinião do jornal Gazeta do Povo / The construction of the image of the Brazilian civil servant: a critical-discursive analysis of opinion articles from the newspaper Gazeta do Povo*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 303-333

um teor apelativo, os discursos buscaram promover uma comoção popular, cujo efeito previsto era uma atitude de indignação e repulsa ao servidor público, contribuindo para o fortalecimento e a reprodução de sua imagem negativa.

REFERÊNCIAS

- ANJ (2017). *Gazeta do povo extingue edição impressa diária e aposta na produção e distribuição de conteúdo pago e mobile*. Associação Nacional de Jornais. <http://www.anj.org.br/site/autorre/content/73-jornal-anj-online.html>.
- Cardoso Jr, J.C. (2019). Argumentos para combater o bullying institucional do governo Bolsonaro. In Associação dos Funcionários do IPEA (Org.). *Mitos liberais acerca do Estado Brasileiro e bases para um serviço público de qualidade*. São Paulo: QCP, pp. 19-68.
- Chiavenato, I. (2009). *Administração Geral e Pública. Teoria e mais de 500 questões com gabarito*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Costa, F. L. (2008). *200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas*. FGV Digital Repository. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/21401>.
- Fonseca, F. (2000). A democracia virtual: a mídia sem freios e contrapeso. In O. Ianni, *et alli* (Org.), *Desafios da Comunicação*, pp. 1-19. <http://anpocs.com/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt03-9/4355-ffonseca-a-democracia/file>.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35, 57-63.
- Martins, R. M. (2018). Como a gazeta do povo, do Paraná, deu uma guinada à direita e virou porta-voz do Brasil de Bolsonaro. *The Intercept Brasil*. <http://theintercept.com/2018/12/09/gazeta-do-povo-guinada-direita-bolsonaro/>.
- Fausto Neto, A. F. & Severo, A. K. S. (2009). Um olhar sobre três jornais paranaenses e suas relações de comunicação, consumo e práticas sociais. *Revista Anagrama*, 2, 1-19. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-1689.anagrama.2009.35415>.
- Santos, A. C. (2011). O jornalismo de região em consonância com a história do seu povo: um breve estudo da trajetória da Gazeta do Povo. *Revista Temática*, 2, s/n.
- Sodré, N. V. (1999). *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad.
- van Dijk, T. A. (2005). *Discurso, Notícia e Ideologia. Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Porto: Campo das Letras.
- _____. (2013). Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo a favor da diversidade. *Linha d'Água*, 26, 2, 351-381. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v26i2p351-381>.

TRIGO, MÁRA RUBIO; *A construção da imagem do funcionário público brasileiro: uma análise crítico-discursiva de artigos de opinião do jornal Gazeta do Povo / The construction of the image of the Brazilian civil servant: a critical-discursive analysis of opinion articles from the newspaper Gazeta do Povo*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 11 ANO 2022, PP. 303-333

van Dijk, T. A. (2015). Ideologia. *Letras de Hoje*, 50(5), 53-61. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2015.s.23139>.

_____(2016a). Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. *Letrônica: Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS*, 9: 08-29. doi: <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2016.s.23189>.

_____(2016b). Sociocognitive Discourse Studies. [http:// www.discourses.org/download/articles](http://www.discourses.org/download/articles).

_____(2016c). Estudios Críticos del Discurso: Um enfoque sociocognitivo. *Discurso & Sociedad*, 10(1), 167-193. [http://www.dissoc.org/ediciones/v10n01/DS10\(1\)Van%20Dijk.pdf](http://www.dissoc.org/ediciones/v10n01/DS10(1)Van%20Dijk.pdf).

_____(2018). *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto.

_____(2020). *Discurso e Contexto*. São Paulo: Contexto.

